

Deputado prevê que Carta só sai em agosto

O deputado Antônio Britto (PMDB-RS) fez diante de deputados estaduais que visitam Brasília a previsão de que a nova Constituição não será promulgada antes de agosto, atraso que embolará a elaboração de leis complementares e das constituições estaduais com a campanha eleitoral de prefeito e vereador.

A previsão de Britto, um dos parlamentares que mais se envolvem com as negociações que antecedem as votações na Constituinte, baseia-se na expectativa de que nada de anormal vai atrapalhar o trabalho no plenário, nos próximos meses. Ou seja, não haverá tumultos nas votações, não ocorrerão obstruções propositadas para adiar decisões e não haverá panes no painel de votação eletrônica que obriguem a tomada de voto nominal, um a um, dos 559 constituintes. É uma estimativa otimista, segundo Britto.

Ritmo — Sua conta é simples e fácil de ser acompanhada no calendário. Hoje, por exemplo, continua em discussão o capítulo final do Poder Judiciário, que tem questões tão polêmicas na parte do ministério público que provocaram a suspensão da votação marcada para ontem. Mas, supondo que a votação de fato ocorra hoje, Britto dá a quarta e a quinta-feiras para a votação do Título V, que trata da defesa do Estado e das instituições democráticas — é aqui que entram temas como estado de defesa, estado de sítio, o papel das Forças Armadas e o conceito de segurança pública.

■ A sexta-feira, dia 15, será véspera de um feriado. O feriado de 21 de abril será antecipado para a segunda-feira, dia 18. "Não é crível que se vá votar na sexta-feira", imagina Britto.

■ Do dia 19 até 22, Britto acha que a Constituinte votará o Título VI, que trata do orçamento e do sistema tributário nacional.

Na semana que se inicia em 25 de abril, pelos cálculos do deputado gaúcho, começará a votação do Título VII, a Ordem Econômica, um pedaço dos mais polêmicos da futura Constituição. Aqui se definem a empresa nacional, o papel do Estado na economia, os monopólios da União, a política urbana e a reforma agrária.

■ "Com boa vontade", como diz Britto, a Constituinte decidirá na primeira semana de maio como ficará o Título VIII, da Ordem Social, um roteiro para a saúde, educação, cultura, esporte, ciência e tecnologia e aposentadoria. Dessas áreas fazem parte desde a reserva de mercado na informática até a política indígena.

■ Na segunda semana de maio, entrará em pauta um dos mais trabalhosos textos da nova Constituição, o das disposições transitórias, capítulo para o qual os constituintes tendem a jogar tudo o que não conseguiram incluir no texto da nova Carta. Além do mandato específico do presidente Sarney, serão votados aqui a anistia, o futuro do Colégio Pedro II, no Rio (será mantido na órbita federal?), pensões vitalícias para seringueiros e a eternização da Zona Franca de Manaus, terra do relator da Constituinte, Bernardo Cabral. Antônio Britto calcula que a votação das disposições transitórias irá até 18 de maio.

■ Encerrada a votação em primeiro turno do projeto inteiro da nova Constituição, será aberto prazo de dez dias para emendas, parecer do relator e publicação do texto.

■ Em junho, portanto, segundo essa previsão, começará a votação de todo o projeto constitucional em segundo turno. Como, pelo regimento, cada um dos 559 constituintes poderá apresentar quatro pedidos de destaque para votação em separado de assuntos de seu interesse, haverá um congestionamento de 2.236 pedidos de destaque.

■ "Vamos supor que haja consenso em muitos assuntos e surjam apenas 1.500 destaques. Ora, nunca conseguimos votar mais do que 30 destaques por dia. Ou seja, precisaríamos de 50 dias úteis para votar os 1.500 destaques", calcula Britto.

■ "Na hipótese mágica", como ele diz, de que até 15 de julho seja concluída a votação em segundo turno, ainda faltariam a redação final e a festa de promulgação de uma Constituição que começou a ser feita no dia 1º de fevereiro de 1987.

"O mais grave", afirma Antônio Britto, "é que as constituições estaduais deverão ser elaboradas seis meses após a promulgação da Constituição federal. Previa-se que as assembleias estaduais iriam elaborá-las no primeiro semestre deste ano. Com esse atraso, terão que se transformar em constituintes no segundo semestre, embolando seu trabalho com a campanha eleitoral para prefeito e vereador".

Isso não é tudo, acrescenta o deputado. Algumas leis complementares têm prazo certo, definido pela nova Constituição, para serem elaboradas. O que também contribuirá para embolar com a eleição.

"Isso tudo preocupa muito", afirmou Britto.



Antônio Britto

Desacordo adia item do Ministério Público

A falta de acordo para a votação dos artigos sobre o Ministério Público levou o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, a suspender, às 17h, a sessão por meia hora, para que os líderes tentassem chegar a um entendimento. Hora e meia depois, não superado o impasse, Ulysses preferiu suspender definitivamente a sessão. Hoje às 9h o plenário volta a discutir o assunto.

O texto da Comissão de Sistematização previa um grande fortalecimento do Ministério Público. Temendo que o órgão se transformasse numa espécie de quarto poder — fora do controle do Executivo, do Legislativo e do Judiciário — o *Centrão* pôde várias de suas atribuições. No fim de semana, depois de várias rodadas de negociação, fundiram-se emendas e chegou-se a um texto entre o da Sistematização e o do *Centrão*.

O resultado, porém, agradou menos do que se esperava. As lideranças do PMDB e o próprio *Centrão* se dividiram. Com pouco mais de 300 constituintes presentes, dificilmente a fusão alcançaria os 280 votos necessários para a aprovação.

A solução — Hoje, o Ministério Público exerce duas funções: a representação judicial da União e a fiscalização da ordem jurídica e constitucional. No primeiro caso, atua como advogado da União; no segundo, como fiscal da sociedade, inclusive sobre os atos do presidente da República.

Tanto o texto da Sistematização como o projeto do *Centrão* e a fusão de emendas deram a mesma solução para o problema: criar a Advocacia Geral, com a tarefa de representar a União nos tribunais e manter o Ministério Público, comandado pelo procurador-geral da República, com a missão de representar os direitos e interesses gerais da sociedade. Contrários a essa tese, dezenas de procuradores se movimentaram no Congresso denunciando o enfraquecimento do Ministério Público.

Pelo projeto da Sistematização, porém, o Ministério Público conquistaria ampla autonomia funcional e administrativa, e teria poderes para proteger interesses difusos como os relacionados com o meio ambiente, o ambiente do trabalho, os direitos do consumidor, os índios etc. Além disso, os representantes do Ministério Público gozariam praticamente das mesmas garantias dadas aos juizes. Na prática, o órgão teria grande independência em relação ao Executivo, como ocorre nos Estados Unidos.



Brasília — Gilberto Alves

□ A segurança da Câmara a princípio barrou o grupo de índios txukarramãe (foto) liderados pelo cacique Raoni, sob o pretexto de que não estavam usando gravatas. Mas eles acabaram entrando, depois de trocar de líder: passaram a ser conduzidos pelo ex-deputado e xavante Mário Juruna. Os índios foram ao gabinete do deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ) e não o encontraram. Irritados, saíram atrás do senador Marco Maciel (PFL-PE), que também não acharam. Aproveitando a presença da imprensa, Raoni disse que estava disposto a matar o presidente da Funai, "aquele tal de Homero Jucá". Acabaram entregando um documento ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, pedindo o afastamento de Jucá.

AQUARELA DO BRASIL AMERICAS VELHO MUNDO ORIENTE-SE

JORNAL DO BRASIL Turismo

